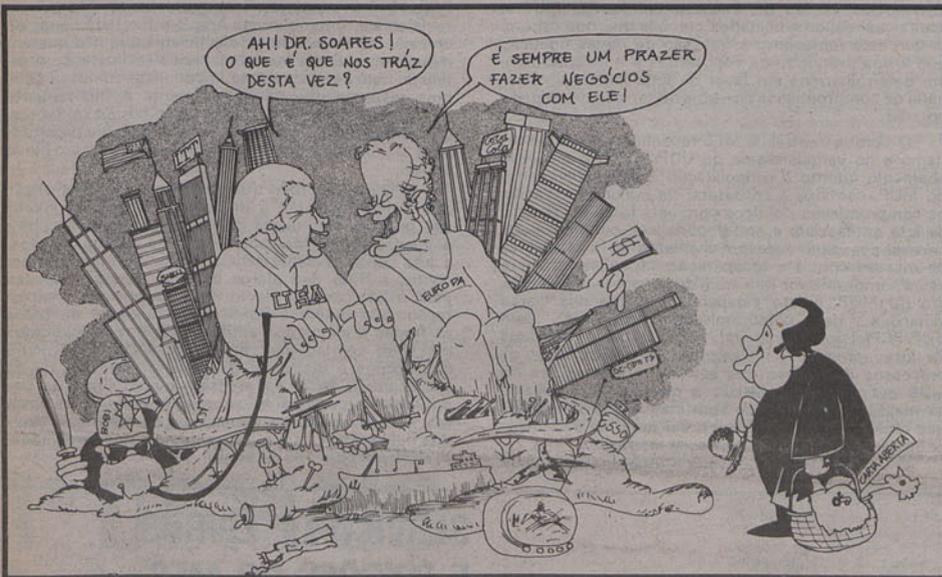


# Poder Popular



Unir, organizar, lutar,  
pr'às barracas acabar!



## EDITORIAL

### A UNIDADE POPULAR TEM DE SEGUIR EM FRENTE

**Arrancar dos erros e vitórias do passado a força para responder á morte política do MUP**

O Comité Central do MES, reunido para debater a situação do MUP e a continuação da política de unidade do Partido, tomou decisões de grande importância e profundas repercussões, não só para o desenvolvimento da política do nosso Partido mas para todo o campo revolucionário.

A decisão do Comité Central do MES aponta às massas trabalhadoras e aos activistas do movimento popular uma conclusão, a morte política do MUP e um caminho, a continuação da luta pela unidade popular sem qualquer concessão aos reformistas nem desvios sectários e vanguardistas.

A morte política do MUP, segue-se à paralização geral das suas estruturas e ao rompimento público do compromisso político que tomou possível a sua criação no Congresso de Novembro com a saída unilateral dos elementos sem Partido da CNUF.

A morte política do MUP assenta não só no seu fracasso como organização política, unitária, popular e de massas, mas também na total perda de independência em relação aos partidos apoiantes e, portanto, na perda de qualquer utilidade como instrumento, ainda que mais recuado política e organizativamente, ao serviço da unidade popular, já que, na actual fase da luta de classes em Portugal, ela nada tem que ver com uma frente de Partidos.

Para o MES, como Partido que esteve sempre no centro do processo que ergueu a campanha de Otelo, que permitiu o lançamento dos GDUP's e a realização do seu Congresso criando o MUP e que, já posteriormente, possibilitou a intervenção revolucionária mais importante pelos resultados obtidos em processos eleitorais com a campanha para as autarquias, para o MES, dizíamos, as únicas alternativas possíveis foram, são e serão as que servem o avanço da unidade popular e a conquista de uma direcção revolucionária para o movimento de massas completamente independente do reformismo e do revisionismo.

## PARA ONDE NOS LEVA A POLÍTICA DO GOVERNO?

**UMA VEZ MAIS, NO 1.º DE MAIO, OS TRABALHADORES MOSTRARAM QUE NÃO PERMITIRÃO QUE O 25 DE ABRIL SEJA TRAÍDO !**



na pág. 3:

**RESOLUÇÃO DO C.C. SOBRE O MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR**

# EDITORIAL

Continuação da pag. 1

Para o MES, portanto, nunca se poderia colocar a questão da saída do MUP, mas sim a de esgotar todas as possibilidades para manter o MUP como instrumento político útil, e foi isso o que fizemos. O MES e a UDP foram mais do que Partidos apoiantes do MUP, foram as únicas forças que, independentemente das profundas divergências estratégicas e táticas, foram capazes de procurar e estabelecer os acordos políticos que deram vida ao MUP. Por isso mesmo o nosso Partido propôs à UDP e aos elementos sem Partido da CNUP uma plataforma política que constituía a única possibilidade de saída para a crise do MUP, pois reduzia, política e organizativamente, o alcance do MUP como instrumento político de acordo com a realidade política criada e existente, possibilitando que ele continuasse a existir e a servir a construção da unidade popular.

Com a saída unilateral dos elementos sem Partido da CNUP que, mal ou bem, representavam no compromisso político firmado no Congresso dos GDUP's os sectores e elementos sem partido cuja acção unitária foi despoletada, em parte significativa, pela intervenção política do general Otelo, a plataforma apresentada pelo MES deixou de ter sentido porque no seio do MUP deixou de ser possível firmar qualquer acordo político capaz de fazer avançar a unidade popular. Como força impulsionadora e criadora do MUP só restava uma conclusão ao nosso Partido: acabar politicamente com o MUP para poder continuar a luta pela unidade popular.

Se a qualquer força revolucionária se exige que saiba criar os instrumentos necessários para desenvolver o mais alargadamente possível, do ponto de vista político e social, a luta política de massas contra a dominação burguesa, também se deve exigir que saiba reconhecer e deixar cair os instrumentos que se tornaram caducos, obsoletos e inoperantes. É, pelo menos o que exigimos a nós próprios e que o Comité Central com as suas decisões de 8 de Maio soube fazer.

Os GDUP's e o MUP encerraram potencialidades enormes para a construção da unidade popular e representam uma experiência riquíssima e importantíssima.

ma para os revolucionários e para o Povo, pelos seus êxitos na luta consequente contra o fascismo e o imperialismo e, também, pelo seu próprio fracasso político.

O MES, porque ao mesmo tempo que empenhou todos os seus esforços na criação e avanço do MUP soube perceber que de maneira nenhuma a unidade popular se reduzia ao MUP, tem um importante papel no aproveitamento e utilização política correcta desta experiência. Com efeito nem os agentes do reformismo revisionista como a FSP que um belo dia descobrem que a unidade popular não está nos GDUP's mas na FEPU, nem as forças e sectores que não souberam por esquerdismo ou oportunismo, perceber a importância da criação de uma organização frentista ampla para a organização da resistência popular activa à recuperação capitalista ou, mal surgiram as primeiras dificuldades sérias na constituição do MUP, apenas se preocuparam em estudar a melhor maneira de sacudirem a água do capote e sair, nem a própria UDP/PCP(r) que na sua visão estreita e sectária não vislumbrava a unidade popular fora do MUP e da sua direcção, estão em condições de o fazer.

O Comité Central do MES, ao contrário do que impuro até agora nas atitudes sobre o MUP, começa por buscar no nosso Partido nos seus erros e insuficiências as causas do fracasso político do MUP e aceitar as responsabilidades parciais que nos cabem, já que este representa o fracasso de metas políticas que a nós próprios nos impusemos e a incapacidade em determinarmos em favor de uma linha revolucionária os compromissos firmados no terreno da unidade popular.

O Comité Central do MES reconhecendo no sectarismo e no vanguardismo da UDP/PCP(r) o principal obstáculo interno à consolidação e desenvolvimento do MUP, continua a considerar da maior importância os compromissos políticos com esta força no terreno da luta antifascista e anti-imperialista, compromissos necessários para o desenvolvimento da luta política de massas contra a recuperação capitalista. Só que estes compromissos deixaram de ser possíveis no quadro do MUP, e isto independentemente das claras violações de compromissos anteriores pela UDP/PCP(r) ao desrespeitar, por exemplo, o programa de luta aprovado no Congresso dos GDUP's e os processos de eleição das estruturas intermédias do MUP definidos pela CNUP: é que só se mobilizam as massas trabalhadoras com instrumentos políticos que tenham a sua confiança e em torno de objectivos políticos que respondam aos seus interesses.

O Comité Central continua a atribuir uma grande

importância à política de unidade do Partido. E a própria situação da democracia burguesa limitada que o impõe e é a própria necessidade de fortalecer a resistência popular activa à recuperação capitalista, ao autoritarismo burguês e à ingerência imperialista que o exige.

A continuação firme da nossa política de unidade aplicando, com novos instrumentos a Resolução Táctica aprovada na 8.ª Reunião Plenária do Comité Central é tanto mais importante quanto é cada vez mais clara toda uma movimentação política tendente a fornecer uma resposta em termos de organização partidária à crise do PS, no quadro do funcionamento das instituições democrático-burguesas. Esta movimentação, favorecida nomeadamente pelo fracasso do MUP, está condenada a servir a estratégia e a tática do reformismo revisionista do PCP, a ficar refém da falsa lógica da «maioria de esquerda». A própria saída unilateral do MUP dos elementos sem partido da CNUP é atravessada por esta movimentação e, como o considera o nosso Comité Central, enquadra-se num terreno que não é independente do que resulta da estratégia e da tática do reformismo revisionista.

Para os revolucionários a resposta ao fracasso do MUP e à falência da demagogia social democrata junto de sectores alargados da classe operária e do Povo, é uma resposta independente do reformismo revisionista, uma resposta ampla e frentista capaz de unir não só os milhares de activistas que não querem nem o regresso do fascismo, nem a recuperação capitalista, nem aceitar a pata imperialista no nosso país, uma resposta que não se alimenta exclusivamente da representatividade democrático-burguesa (votos, deputados, etc...) mas sim da capacidade de organizar para luta contra a dominação burguesa um vasto bloco social.

A libertação total dos militares de Abril, a prisão dos Pides, fascistas e bombistas, a defesa política das grandes conquistas do 25 de Abril, a luta contra a integração no Mercado Comum e os seus efeitos, a luta contra a dependência militar do imperialismo, contra a Nato que alarga as suas garras no nosso país, a luta contra o Pacto Social de miséria e exploração, são batalhas políticas que exigem de todas as forças e elementos antifascistas e revolucionários um claro sentido das responsabilidades na procura das acções e instrumentos unitários capazes de as erguerem. O MES, no prosseguimento firme da sua política não poupará esforços no sentido de as assumir, de criar esses instrumentos e de realizar os acordos necessários para o alargamento e desenvolvimento do caudal unitário de luta!

## ESPAÑA No Caminho da Unidade Popular

A situação política em Espanha está centrada nas próximas eleições de Junho.

Olhando para trás, desde a morte do ditador Franco, pode-se afirmar que o neo-franquismo de Juan Carlos e Suarez obteve sucessivas vitórias. A oposição anti-franquista, que chegou a integrar na Plataforma dos Organismos Democráticos (P.O.D.) forças políticas desde a direita democrata-cristã até à extrema-esquerda maquista, que defendia o programa da «ruptura democrática» (liberdades democráticas — governo provisório — eleições constituintes — dissolução das organizações repressivas do fascismo — amnistia total, etc.) acabou por romper-se. Com efeito, os interesses de classe obrigaram a que, no interior da P.O.D. as forças burguesas fizessem o jogo do

projecto do poder e que as forças sociais-democratas e revisionistas do PSOE e PCE pactuassem, embora aqui e ali conflituamente, com o governo de Suarez.

Este teve quase sempre a iniciativa política, negociou paulatinamente com as diversas forças oposicionistas, reduziu-as à dimensão caritativa de pedintes da democracia, definiu as regras do jogo, o tempo e o lugar.

A esquerda revolucionária, dividida e confusa, não conseguiu forjar uma resposta política nem uma alternativa popular que conseguisse impedir o êxito da manobra da burguesia de transformar numa democracia parlamentar a última ditadura da Europa. A legalização do PCE representa mais uma necessidade de legitimação internacional do regime do que uma imposição do «eu-

rocomunista» Santiago Carrillo.

A lei eleitoral foi feita para dar a vitória à direita. Não foi adoptado o método proporcional de Hondt (usado em Portugal). Acresce que, por outro lado, cerca de dois milhões e meio de jovens entre os 18 e os 21 não podem votar.

Os partidos burgueses, como a Aliança Popular e o Centro Democrático, fazem campanha eleitoral há largos meses, com grandes meios financeiros e domínio absoluto dos meios de comunicação social. A recente apresentação de Suarez como candidato «independente» pelo Centro Democrático revela o interesse do governo em intervir activamente nas eleições, apesar de todos os desmentidos e de todas as promessas de neutralidade, tentando garantir uma sólida base de apoio, arredada dos extremismos de direita e de esquerda, e que tão indispensável se mostrará ao posterior triunfo do mais difícil estabelecimento do pacto social.

O PSOE e o PCE apresentam-se ao sózinhos às eleições. À esquerda do PCE todos os Partidos, organizações, movimentos e grupos ainda legalizados estabelecem contactos e fazem esforços para apresentar uma candidatura unitária e popular, aberta a todos os cidadãos independentes empenhados nas lutas populares, a todos os militantes de partidos políticos de classe que ponham acima de qualquer posição particular as necessidades deste movimento unitário de base, na perspectiva da luta pelo socialismo.

Os objectivos deste movimento não se limitam às

eleições: não se trata só de ganhar votos, mas também e fundamentalmente de aproveitar o processo eleitoral para colocar as suas alternativas de classe, mobilizando as massas e denunciando em cada momento as manipulações anti-democráticas das eleições, e contribuindo para o lançamento a prazo de um poderoso Movimento de Unidade Popular para o Socialismo.

O proletariado e as massas populares demonstraram recentemente nas grandiosas manifestações do 1º de Maio, apesar oficialmente proibidas e «democraticamente» reprimidas, que é essa a sua determinação.

### «Revolution et contre-revolution au Portugal»

Em França as «Editions Galilée» acabam de publicar um livro de Arno Munster, jornalista e historiador marxista, autor de vários estudos sobre a luta de classes em diversos países do mundo, nomeadamente França e Chile. O livro «Revolution et contre-revolution au Portugal», contém uma descrição objectiva e uma análise serena do processo revolucionário que se abriu em Portugal em 25 de Abril de 1974, no qual o MES desempenhou um papel relevante e constitui, nessa qualidade um exemplo de solidariedade internacionalista para a qual chamamos a atenção dos nossos leitores.

## SERVIÇO DE LIVROS E EDIÇÕES DO MES Colecção cadernos do Slemes

7 — Notas sobre a Questão da Tática  
Raul Villa  
— 37\$50 *já à venda!*

ASSINATURA



Jornal Quinzenal  
— Sai às 5.ª feiras  
Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista  
Administração — Redacção  
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29  
Composição e impressão  
Renascença Gráfica SARL  
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

6 meses 70\$00  12 meses 130\$00   
apoio 250\$00   
estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_  
 ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_  
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_

### Solidariedade com os revolucionários de Espanha!

COMUNICADO CONJUNTO MES — KB (ALEMANHA) — OCT (FRANÇA) — OIC (ESPAÑA) — PLS (BELGICA) — OCE-BR (ESPAÑA)

As organizações signatárias manifestam o seu apoio à luta pela conquista das liberdades políticas e democráticas (associação, reunião, manifestação) para a classe operária e os povos do Estado Espanhol e à campanha para a legalização de todos os partidos e organizações da esquerda revolucionária espanhola, que, depois da legalização do PCE, a burguesia e os reformistas querem isolar.

Pelas plenas liberdades políticas!!!  
Pela legalização dos partidos e organizações revolucionárias em Espanha!!!  
Solidariedade com a esquerda revolucionária espanhola!!!

# RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE O MUP

O Comité Central do MES reunido em 7 e 8 de Maio, tendo apreciado a actual situação do Movimento de Unidade Popular (MUP) e debatido o desenvolvimento actual e futuro da nossa política de unidade, adopta a seguinte resolução:

1. Está virada uma página no processo de construção da unidade popular com o desaparecimento do MUP, não só como organização política, unitária, popular e de massas, mas também como instrumento capaz de servir essa necessidade histórica do povo trabalhador de Portugal, que é a unidade popular.

2. A partir do actual momento, os militantes do nosso Partido não mais participarão em qualquer das estruturas daquilo que foi o MUP, em particular da CNUP, eleita no Congresso dos GDUP's, que fica deste modo, sem existência, reduzida aos 24 elementos da UDP/PCP (r) eleitos em Congresso mais os 2 elementos designados para a CNUP por esta organização, como partido o apoiante.

3. O MES não sai do MUP porque o MUP, reduzido aos dois partidos que, juntamente com os elementos sem partido da CNUP, firmaram o compromisso político que tornou possível a realização do Congresso dos GDUP's e a criação do MUP não só fracassou politicamente, deixando de ser um movimento capaz de consolidar e alargar a unidade popular, como deixou mesmo de ter existência política independente.

4. O nosso Partido retira formalmente a plataforma de saída para a crise do MUP e do processo da construção da Unidade Popular que apresentou aos elementos sem Partido da CNUP e à UDP, pois que, no quadro do MUP, deixou de ser possível encontrar qualquer saída positiva.

5. Os partidos que apoiam os GDUP's ou os vários elementos sem partido que têm tomado posição sobre as causas do fracasso político do MUP, têm-nas atribuído a outras forças políticas. O nosso Partido declara, pelo contrário, não engatilar os seus erros e insuficiências no desenvolvimento da política de unidade e, portanto, a responsabilidade parcial pelo seu fracasso.

Embora o vanguardismo e o sectarismo da UDP/PCP (r), resultantes da sua natureza e linha política, agravados pelo facto de ela ser a maior força política das que apoiaram a campanha de Oteló e posteriormente o MUP, deva ser responsabilizado perante as massas trabalhadoras como principal obstáculo interno à sua consolidação e desenvolvimento, embora tenha sido a UDP/PCP (r) a pôr em causa directamente as decisões do Congresso dos GDUP's e as próprias decisões da CNUP ao desrespeitar frontalmente alguns dos seus

aspectos, como o programa de luta aprovado e o processo de eleição das estruturas intermédias, entre outros; embora tenha sido esta força política e alguns dos elementos sem Partido da CNUP que, com as ausências repetidas às reuniões da CNUP e do seu Secretariado, de forma claramente intencional sabotaram o seu funcionamento; embora tenha sido o nosso Partido a força política que tentou impedir tomadas de posição unilaterais e isoladas, pela discussão em conjunto de saídas para a situação criada capazes de salvaguardar todos os aspectos positivos da experiência do MUP, através da apresentação de uma plataforma política; apesar de todos os aspectos positivos da experiência do MUP, através da apresentação de uma plataforma política; apesar de todos estes factos o nosso Partido assume a responsabilidade em causas mais fundas para a situação criada.

Para o nosso Partido, o fracasso do MUP é acima de tudo o reflexo do atraso organizativo dos revolucionários, do atraso do processo de construção do Partido Revolucionário da Classe Operária. O fracasso político do MUP, a incapacidade em recolher e organizar o movimento de apoio à candidatura de Oteló, em consolidar e alargar os GDUP's como estruturas congregadoras dos activistas do Movimento operário e popular, em garantir a permanência e desenvolvimento do MUP como organização política, unitária, popular e de massa com direcção própria independente do reformismo revisionista, é antes de mais o fracasso das metas que a nós próprios nos propusemos, a incapacidade em dirigirmos e determinarmos em favor da nossa linha política os compromissos firmados no terreno da unidade popular.

O fracasso político do MUP exige pois uma auto-crítica do nosso Partido junto das massas trabalhadoras e do próprio C.C. no processo que conduz ao III Congresso.

Os repetidos avisos feitos pelo MES no sentido de que o MUP nunca poderia ser uma frente de Partidos (aquilo a que hoje parece estar formalmente reduzido) nem a frente de um partido, avisos que são fruto do papel substituível que o nosso Partido desempenhou e desempenha na construção da unidade popular, levaram e levam a que o MES nunca pudesse colocar na sua política de unidade a hipótese de abandono ou saída do MUP, mas sim como o afirmou no Congresso dos GDUP's o bater-se até ao fim pela afirmação do MUP como instrumento ao serviço da unidade popular, batalha que hoje deixou de ter viabilidade de êxito.

6. A atitude unilateral tomada pelos elementos sem partido da CNUP prejudica a continuação da luta pela unidade popular, já que impedindo a discussão que permitisse encontrar uma

saída para o MUP, ela objectivamente se enquadra num terreno político que não é independente do que resulta da estratégia e da tática do reformismo revisionista e serve a campanha de descrédito por este lançada sobre as forças revolucionárias em geral e o MUP em particular.

Ao contrário do que afirmam estes sectores e elementos sem Partido, não foram os partidos as causas centrais da desagregação do MUP, mas sim a ausência de uma organização partidária suficiente para o poder erguer na oportunidade histórica aberta pela campanha revolucionária de massas de Oteló, como organização unitária popular e de massas. De forma claramente secundária, é igualmente de referir que alguns dos sectores e elementos chamados independentes nada fizeram pela unidade de base de que tanto falam agora, pela simples razão de que nunca aí trabalharam seriamente.

7. O C.C. considera que da mesma forma que não se coloca para o MES a saída do MUP, a mera declaração formal e pública da morte política do MUP terá de ser acompanhada, sendo esta a acção fundamental, pelo desenvolvimento da política de unidade do Partido, na base da Resolução Tática aprovada na 8.ª Reunião do C.C. com os ensinamentos que a actual situação impõe e das conclusões já aprovadas ou que vierem a ser aprovadas de acordo com o processo que conduz ao III Congresso e que devem ter os seguintes princípios:

(I) Não realização de nenhuma aliança política preferencial (estável) na fase actual;

(II) Reconhecimento da necessidade e utilidade, dada a convergência tática já demonstrada em terrenos de luta antifascista e anti-imperialista, de procurar estabelecer compromissos políticos naqueles terrenos de luta com a UDP e o PCP (r) capazes de possibilitarem acções unitárias de massas que fortaleçam a resistência popular activa à recuperação capitalista;

(III) Criação dos instrumentos e acordos necessários para a organização da intervenção revolucionária nas autarquias locais através dos elementos eleitos por intermédio de listas dos GDUP's ou de grupos de cidadãos que apoiemos;

(IV) Não confusão do necessário trabalho de influência e direcção dos sectores e elementos sem Partido com a realização de qualquer aliança política que só é possível de selar com forças políticas organizadas;

(V) A profundamento da nossa política de unidade no processo do III Congresso de tal forma que permita ao C.C. tomar novas iniciativas até às suas sessões finais.

Liisboa, 8 de Maio de 1976  
O Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista

## 1º DE MAIO balanço de uma jornada de luta

A grande jornada de luta do 1.º Maio permite retirar um vasto conjunto de ensinamentos preciosos para o desenvolvimento das tarefas do movimento operário português e para a acção das forças revolucionárias.

As centenas de milhares de trabalhadores que desceram à rua no 1.º de Maio de norte a sul e do continente às ilhas são uma prova evidente de que existe um vastíssimo campo para a organização da resistência popular activa, para a mobilização revolucionária das massas trabalhadoras em defesa das conquistas de Abril e dum alternativa popular e revolucionária para a crise.

5 conclusões essenciais desta jornada são retiradas desta jornada: 5 conclusões que são simultaneamente 5 lições para futuras jornadas de luta.

1.º A política de recuperação capitalista que quer fazer pagar a crise capitalista aos trabalhadores, praticada pelo governo do dr. Soares e aplaudida com reservas pela direita e pelo imperialismo, não tem apoio popular.

Quando milhares e milhares de trabalhadores desceram à rua no seu dia mundial de solidariedade e luta (para que os outros 364 dias não sejam da burguesia) para protestar contra a subida do custo de vida, as desintervenções, os despedi-

mentos e o desemprego que não param de crescer, a ingerência imperialista que é cada vez mais forte e nitida, para exigir o descongelamento na prática dos salários e da contratação colectiva e a sua firme disposição de não ceder um palmo nas conquistas alcançadas em 25 de Abril, não podem restar dúvidas sobre o isolamento do PS junto das massas trabalhadoras, pela insistência que reina em largos sectores sociais de influência PS em relação à política seguida pelo Governo do dr. Soares.

O povo pode ser momentaneamente enganado, mas não aceita que se fale de liberdade para libertar pides e bombistas e permitir que os fascistas andem à solta enquanto a PSP e a GNR reprimem os trabalhadores nas fábricas, nas herdeiras e nas casas. O povo não aceita que se fale de socialismo e se nomeie Ministro da Indústria um laiaço dos Melos e Champalmados, se prepare a entrega de mais de metade das empresas nacionalizadas ao capital privado, de todas as intervenções aos patrões sabotadores: o povo não aceita uma política que consiste em aumentar os lucros de meia dúzia à custa do abaixamento dos salários da grande maioria da população, aqueles que tudo produzem.

O 1.º de Maio mostrou que

o povo não aceita esta política e está disposto a oferecer resistência.

2.º A CGTP — IN tem força para combater a cisão sindical

A jornada de luta do 1.º de Maio forneceu uma ratificação de massas ao Congresso dos Sindicatos. No seu conjunto são uma prova de vitalidade do movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses, uma afirmação clara de que os trabalhadores não querem nem a divisão nem o pluralismo.

A capacidade mobilizadora demonstrada pelo movimento sindical e pela central única — a CGTP — IN — são um dado seguro de que existe força para derrotar as manobras cisionistas. Os fracassos resultados obtidos até agora pela «Carta Aberta» e o isolamento da reunião de sindicalistas do PS realizada no próprio 1.º de Maio representa, apesar dos poderosos meios colocados ao seu dispor (dos jornais à rádio e à televisão e aos técnicos sindicais da social-democracia alemã) são sintomas da dificuldade em arrastar a classe operária e os trabalhadores explorados deste país para fora do caminho unitário do movimento sindical.

As decisões provocatórias tomadas nessa reunião do PS, que ao mesmo tempo que ten-

tam relançar a «Carta Aberta» provocam divisões no seu seio e abrem o caminho ao fortalecimento das posições do PPD apontando para a criação de sindicatos paralelos e dum central paralelo, apontando para a cisão sindical, tiveram uma resposta firme e antagónica com a jornada de luta do 1.º de Maio. Mas esta resposta só será consequente e capaz de impedir a cisão se a CGTP-IN colocar, respeitando o congresso dos sindicatos, a luta contra a cisão como um objectivo central, se mobilizar os trabalhadores para esta batalha, isto é, se a própria CGTP-IN for transformada numa central democrática e de classe, numa central que todos os trabalhadores sintam como sua.

3.º O reformismo utiliza os trabalhadores como massa de manobra para a negociação de gabinete com a burguesia.

As tentativas de o PCP tem feito no sentido de se apropriar da representatividade política desta grande jornada de luta mostram bem qual é o papel que na política reformista cabe à movimentação das massas trabalhadoras: massa de manobra e pressão para a conciliação com a burguesia. A principal conclusão que o PCP, através dos seus representantes sindicais retira desta jornada de luta é a contabilização numérica dos manifestantes e não o sentido político das manifestações, a disposição combativa das massas. Com este tipo de acção o PCP acaba por favorecer a propaganda da direita reaccionária e fascista que tem na identificação da CGTP-IN com o PCP uma peça fundamental.

Debaixo da palavra de ordem «RECUPERAÇÃO CAPITALISTA, NÃO RECUPERAÇÃO ECONÓMICA, SIM!» o PCP tenta esconder a sua disposição de aceitar o jogo da austeridade que as forças burgue-

sas querem impôr às classes trabalhadoras e, em particular de aceitar, através da sua influência no movimento sindical, a negociação do pacto social.

Só que os trabalhadores não se manifestaram e não lutam quotidianamente contra a recuperação capitalista para que, em seu nome e em nome dos seus interesses, as lutas sejam travadas ou conduzidas ao impasse e à derrota, para que os seus representantes sindicais aceitem limitações às reivindicações salariais.

4.º Existe força para impedir o pacto social passe.

A combatividade demonstrada pelas massas trabalhadoras, a crescente força demonstrada nas lutas parciais e o profundo significado político da batalha política do 1.º de Maio que trouxe em Lisboa para a rua a maior manifestação desde o 1.º de Maio de 1974, são a prova evidente de que a burguesia terá enormes dificuldades em impôr o pacto social aos trabalhadores, apesar das condições favoráveis que a crise económica cria para que isso aconteça.

A lógica do pacto social assenta na imposição dum pacificação social em que os trabalhadores abdicam de lutar por um determinado período de tempo a troco dumas migalhas do seu esforço redobrado e tudo isto em nome do chamado interesse geral (de ricos e pobres, capitalistas e assalariados, parasitas e operários...). Em Portugal a única diferença em relação aos países mais desenvolvidos da Europa capitalista é a de que a burguesia não poderá cumprir nenhuma das promessas que fizer e o pacto social, a passar, representaria uma redução drástica dos salários reais dos trabalhadores.

Se há força e combatividade no movimento sindical para impedir que o pacto social passe

não há ainda força política pois a linha reformista dominante tudo fará no sentido da sua negociação embora sempre dizendo que o pacto social é uma falsa questão ou que não sabe o que é. Saber transformar a combatividade em força política através da mobilização dos trabalhadores contra o pacto social é pois a grande tarefa dos revolucionários no seio do movimento sindical.

5.º A corrente sindical revolucionária tem de fortalecer a sua organização e erguer-se como alternativa para todos os trabalhadores no seio da CGTP-IN.

A jornada de luta do 1.º de Maio mostrou as grandes insuficiências e atrasos organizativos da corrente sindical revolucionária que não soube surgir aos olhos das massas trabalhadoras como a força que no seio da CGTP-IN é capaz de responder consequentemente aos seus anseios de unidade e luta.

Se todos as acções que não se integraram na manifestação da CGTP-IN surgiram claramente como divisionistas e mostram que não basta a auto-proclamação de revolucionário para não de forma consequente, se o 1.º de Maio de 77 não podia ser nunca uma jornada de afirmação partidária, mas sim de unidade combativa de classe, o que é facto é que a corrente sindical revolucionária não pôde e não soube ser oposição de classe às palavras de ordem e propostas reformistas, não pôde e não soube dizer presente de forma clara.

A profunda discussão em curso nos activistas da corrente sindical revolucionária é o sintoma mais evidente do insucesso desta batalha política e a clara consciência de que a situação exige dos revolucionários uma resposta clara, ideológica, política e prática à recuperação capitalista e ao pacto social.

# Contra a política de recuperação capitalista:

## TOMÉ FETEIRA Os trabalhadores disseram não!

A unidade, a organização e a luta dos trabalhadores metalúrgicos de Tomé Feteira tem levado de vencida os sucessivos ataques do capital contra os trabalhadores desta empresa, desinterencionada há pouco mais de um mês.

A desintervenção e entrega ao patronato sabotador, decidida pelo Governo «socialista», os trabalhadores organizadamente disseram não. Pois como nos dizia durante a manifestação em Leiria um camarada: «o Feteira não pode vir, assim do pé para a mão, sem acordos nem nada, despedir gente, recusar contratos e levar a empresa abaixo como deixou, que nós é que a pusemos em pé».

Com a saída dos administradores por parte do Estado e a não entrada dos Feteiras, que não apareceram, novo problema surgiu para os trabalhadores: a cobertura legal para a movimentação da conta bancária no que diz respeito ao pagamento dos salários do último mês.

Diligenciando por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, conseguiram autorização judicial por parte do tribunal da Marinha Grande, com vista a representações dos trabalhadores poderem movimentar a conta dos

camaradas de Tomé Feteira, come morando assim um 1.º de Maio de unidade e luta. O pagamento foi feito aos gritos de vitória.

No final, um camarada de Vieira disse-nos: «isto correu bem, se toda a malta estivesse unida como nós, eles não faziam o que queriam com a gente».

Curiosamente, a independência RTP, nessa mesma noite, noticiava que os trabalhadores tinham recusado receber os salários que os administradores pretendiam pagar.

## MARRIOT A ingerência imperialista não existe?

Abriu — tempo de despedimentos na Marriott, onde o imperialismo, através do seu representante Gonelha, que não hesita em apriimar e levar de grelha os trabalhadores que lutam pelo direito ao trabalho, resolveu despedir 39 empregados.

A administração, para justificar os despedimentos, alegou a inviabilidade económica da empresa, quando em Março último tinha ganho à Banca «boas perspectivas da empresa» para que lhe fosse con-

Na Tomé Feteira a luta continua, agora contra a recuperação capitalista e as medidas antioperárias do Governo do dr. Soares; mas os trabalhadores estão unidos e organizados, dispostos para a luta pela solução que muito justamente apontam: a constituição de um regime de economia mista com a participação maioritária do Estado, já que os antigos patrões amplamente mostraram não garantir a sobrevivência da empresa, ameaçando os operários, caso regressasse à administração desta, com despedimentos e desemprego.

dido um empréstimo! Claro que o sr. Gonelha mostrou total acordo com a administração para que os despedimentos se fizessem.

Contra mais esta demonstração da ingerência imperialista, os trabalhadores da empresa, solidários com os seus companheiros despedidos e impedidos de entrar na Marriott pela GNR, paralisaram o trabalho durante vários dias. Agora as paralisações foram interrompidas por lhes ter sido prometido que seriam atendidos pelo Governo e a sua

## MELKA/CACÉM E TEXTIL ALBERTO POMBO Dois exemplos a seguir!

Há quem se afirme a «vanguarda da classe operária» e leve os trabalhadores à divisão e à derrota e há aqueles que assumindo a vanguarda das lutas as levam à vitória, reforçando a unidade, a consciência e a força dos trabalhadores. É só a prática que permite distinguir uns de outros.

A batalha que se tem vindo a desenvolver no sector têxtil pelo CCTUV tem dado exemplos vários do que afirmamos. Recordemos o que escrevemos no «Poder Popular» nº 57 a propósito do que então se passara na Melka do Cacém: «... a comissão sindical hegemoni-

zada pela UDP/PCP (R) entrou em acordo com a administração da firma aceitando um aumento de 690 escudos mensais... o aumento dos «prémios de assiduidade» de 150 para 450 escudos por trimestre e comprometendo-se a não promover greves ou paralisações». Eis como os que se reivindicam de «vanguarda» furam a luta pelo contrato e abrem caminho para a divisão e a derrota.

## NUTRIGADO Vitória sobre o decreto dos 15 por cento

Em complemento a uma notícia saída no último «Poder Popular», referente à luta dos Químicos da fábrica de rações Nutrigado em Alcobaça, há a noticiar a vitória conseguida pelos camaradas em luta pelo cumprimento da portaria pelo sector que, contrariamente ao que pretende o «decreto dos 15 por cento», contempla aumentos na ordem dos 50 por cento (ver PPnº 59).

Faça a recusa do patronato, os trabalhadores avançaram para uma greve de 48 horas que se desenrolou nos diversos turnos de terça a quinta-feira da segunda semana de Abril, com a adesão total não só do sector químico como dos outros sectores.

Mais uma vez a unidade, a organização e a luta dos trabalhadores levou de vencida as medidas antioperárias do patronato e do Governo do PS.

Contra os decretos antioperários, Resistência popular activa!



# O CONLUIO COM OS PATRÕES CUSTARÁ CARO AO PARTIDO SOCIALISTA

## DESINTERVENÇÕES Uma política ao serviço dos patrões

Quais os motivos que levaram, tempos atrás, a toda uma série de intervenções do Estado em muitas empresas?

Tratava-se, como se sabe, de viabilizar essas empresas que, quer por motivo de fuga, abandono ou boicote patronal (e consequente descapitalização e vazão administrativo), quer pelas próprias condições de crise da estrutura económica capitalista em Portugal (que o movimento popular e a luta operária abalaria profundamente), se encontravam com problemas de investimento, financiamento, aquisição de matérias-primas, fornecimentos, encomendas, créditos etc.

Em suma, a braços com a sua própria sobrevivência económica enquanto unidades de emprego e produção.

A intervenção estatal visaria, por esse modo, recuperar a situação das empresas mediante os financiamentos bancários necessários ou, inclusive, a reconversão do aparelho produtivo das respectivas unidades.

Ora, em grande número destas empresas, uma característica dominante foi a falta de consequência dos governos na prossecução daquelas medidas, pois que, somando-se às dívidas já deixadas pelo patronato sabotador, o Estado não teve sistematicamente em conta os planos de reestruturação ou reconversão para um melhor produção e equilíbrio financeiro da mesmas empresas propostas pelos próprios trabalhadores.

Quase todos os motivos que levaram, tempos atrás, a toda uma série de intervenções do Estado em muitas empresas?

Tratava-se, como se sabe, de viabilizar essas empresas que, quer por motivo de fuga, abandono ou boicote patronal (e consequente descapitalização e vazão administrativo), quer pelas próprias condições de crise da estrutura económica capitalista em Portugal (que o movimento popular e a luta operária abalaria profundamente), se encontravam com problemas de investimento, financiamento, aquisição de matérias-primas, fornecimentos, encomendas, créditos etc.

Em suma, a braços com a sua própria sobrevivência económica enquanto unidades de emprego e produção.

A intervenção estatal visaria, por esse modo, recuperar a situação das empresas mediante os financiamentos bancários necessários ou, inclusive, a reconversão do aparelho produtivo das respectivas unidades.

Ora, em grande número destas empresas, uma característica dominante foi a falta de consequência dos governos na prossecução daquelas medidas, pois que, somando-se às dívidas já deixadas pelo patronato sabotador, o Estado não teve sistematicamente em conta os planos de reestruturação ou reconversão para um melhor produção e equilíbrio financeiro da mesmas empresas propostas pelos próprios trabalhadores.

Quase todos os motivos que levaram, tempos atrás, a toda uma série de intervenções do Estado em muitas empresas?

Tratava-se, como se sabe, de viabilizar essas empresas que, quer por motivo de fuga, abandono ou boicote patronal (e consequente descapitalização e vazão administrativo), quer pelas próprias condições de crise da estrutura económica capitalista em Portugal (que o movimento popular e a luta operária abalaria profundamente), se encontravam com problemas de investimento, financiamento, aquisição de matérias-primas, fornecimentos, encomendas, créditos etc.

Em suma, a braços com a sua própria sobrevivência económica enquanto unidades de emprego e produção.

A intervenção estatal visaria, por esse modo, recuperar a situação das empresas mediante os financiamentos bancários necessários ou, inclusive, a reconversão do aparelho produtivo das respectivas unidades.

Ora, em grande número destas empresas, uma característica dominante foi a falta de consequência dos governos na prossecução daquelas medidas, pois que, somando-se às dívidas já deixadas pelo patronato sabotador, o Estado não teve sistematicamente em conta os planos de reestruturação ou reconversão para um melhor produção e equilíbrio financeiro da mesmas empresas propostas pelos próprios trabalhadores.

Quase todos os motivos que levaram, tempos atrás, a toda uma série de intervenções do Estado em muitas empresas?

Tratava-se, como se sabe, de viabilizar essas empresas que, quer por motivo de fuga, abandono ou boicote patronal (e consequente descapitalização e vazão administrativo), quer pelas próprias condições de crise da estrutura económica capitalista em Portugal (que o movimento popular e a luta operária abalaria profundamente), se encontravam com problemas de investimento, financiamento, aquisição de matérias-primas, fornecimentos, encomendas, créditos etc.

Em suma, a braços com a sua própria sobrevivência económica enquanto unidades de emprego e produção.

A intervenção estatal visaria, por esse modo, recuperar a situação das empresas mediante os financiamentos bancários necessários ou, inclusive, a reconversão do aparelho produtivo das respectivas unidades.

Ora, em grande número destas empresas, uma característica dominante foi a falta de consequência dos governos na prossecução daquelas medidas, pois que, somando-se às dívidas já deixadas pelo patronato sabotador, o Estado não teve sistematicamente em conta os planos de reestruturação ou reconversão para um melhor produção e equilíbrio financeiro da mesmas empresas propostas pelos próprios trabalhadores.

# REESTRUTURAÇÃO SINDICAL apoiemos a proposta da corrente revolucionária!

No seguimento do Congresso de Todos os Sindicatos, marco histórico na luta por um sindicalismo de massas e de classe, coloca-se hoje aos trabalhadores portugueses, como tarefa fundamental, a reestruturação do Movimento Sindical, liquidando a estrutura corporativa por profissões e caminhando para sindicatos verticais de actividade, solidamente enraizados nos locais de trabalho e assentes na força dos delegados sindicais.

Tal como tínhamos prometido no último número do «Poder Popular», vamos hoje abordar alguns dos principais pontos que diferenciam as duas propostas globais de Estatutos para as Uniãos Distritais e Locais existentes, uma apresentada pelo Secretariado da CGTP-Inter e a outra, alternativa, apresentada pelo Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

A demarcação entre estas duas propostas aparece nitidamente, de entre todas as alterações indicadas pelos Têxteis, nos artigos referentes aos «Princípios Fundamentais e Objectivos» das Uniãos (artº 10º) e nos que definem o âmbito e as funções do Secretariado e do Plenário da União (artºs 24º e 31º) assim como no artigo respeitante a «Eleições» (artº 55º).

No artigo 10º, o Secretariado da CGTP limita-se a enumerar um conjunto de generalidades, sem outro alcance que o de serem suficiente mente vagos para lá poderem caber neles quaisquer outros.

Por outro lado, desligando os objectivos das formas organizativas a adoptar para a sua concretização, subalterizando a luta pela democracia interna nos sindicatos, a proposta do secretariado da Inter apaga o carácter de classe dos «Princípios Fundamentais e Objectivos», transforma-os não em princípios orientadores da acção sindical mas em meras afirmações de principio a não serem respeitadas na prática.

A proposta dos Têxteis do Sul, pelo contrário, inscreve claramente nos Estatutos, a luta por objectivos precisos de carácter anti-capitalista e anti-imperialista, que garantem a ligação da Central e dos seus órgãos às lutas de massas nos locais de trabalho e de habi-

participação real dos sindicatos na vida da União Distrital, impede-se a ligação dos delegados sindicais e suas comissões entre si a nível dos diversos sindicatos do distrito. Transforma-se o Movimento Sindical numa máquina burocrática e controlerista, isolada das massas e muitas vezes contra elas, facilitando as manobras cisionistas da burguesia e do imperialismo.

Em contra partida, a proposta dos Têxteis defende que o poder deliberativo deve estar no Plenário e não no Secretariado. Este deve ser apenas um órgão executivo das decisões do Plenário.

Combater o dirigismo, controlerista significa abrir espaço para uma efectiva afirmação do poder do Plenário, torná-lo uma estrutura viva de definição de «objectivos que permitam levar à prática o plano de acção anual», torná-lo mais interveniente permitindo a sua convocação por um número mais reduzido de sindicatos.

Combater o dirigismo controlerista, tão de agrado dos reformistas, significa pôr à frente das Uniãos, nos seus secretariados, não os dirigentes por tradição, por hábito, mas os militantes que se revelarem e formarem nas lutas, no espírito de sacrifício e na resistência à repressão em defesa dos camaradas de trabalho e de todos os trabalhadores. Significa fazer dirigentes os camaradas que sabem ouvir e dirigir em vez de impôr, que saibam ligar cada luta a todas as outras lutadas.

Por isso, a proposta dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul defende também (artº 55º) que qualquer trabalhador, inscrito nos sindicatos filiados na União, pode fazer parte das listas para o secretariado da mesma, desde que tenha a

confiança da classe pelas provas dadas ao longo de toda a sua actividade militante.

O secretariado da CGTP-Inter quer limitar a constituição das listas apenas a elementos saídos de organismos dirigentes. Compreende-se, é mais seguro para eles, que tanto medem das movimentações populares que não seguem, como meninos bem comportados, os caminhos prévios e sabiamente traçados nos gabinetes.

Tal como no Congresso de todos os Sindicatos, uma dura batalha ideológica se vai travar entre reformistas e revolucionários sobre a reestruturação do Movimento Sindical. E embora numericamente inferiores, embora organizativamente mais fracos, os revolucionários têm pelo seu lado o futuro, que representam, as aspirações mais profundas dos explorados e oprimidos, que exprimem. E que a Corrente Sindical Revolucionária é uma tarefa de longo prazo, de grande fôlego. Cada derrota e cada vitória, hoje, é uma pedra mais na sua construção.

## PROPOSTA DO S. DOS TÊXTEIS E VESTUÁRIO DO SUL

Artigo 10º  
A União tem por seus objectivos principais os seguintes:  
1) Organizar os trabalhadores para a luta por todos os meios de acção ao seu alcance e que exerça a sua actividade na área da União ou 1/4 dos sindicatos filiados.  
2) O plenário reúne, extraordinariamente:  
a) Arrequecimento de sindicatos representativos de, pelo menos 1/20 dos trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados e que exerça a sua actividade na área da União ou 1/4 dos sindicatos filiados.  
3) Compete ao Secretariado levar à prática o plano de acção aprovado em plenário executando as tarefas necessárias e coordenando a actividade da União de acordo com as distribuições do plenário e dos diversos órgãos da CGTP-IN.  
4) Apoiar as organizações representativas dos trabalhadores na coordenação e dinamização do controlo operário a nível distrital de forma a liquidar o mais rapidamente

de forma a permitir uma maior participação e controlo das massas trabalhadoras da vida sindical.

1) Promover e organizar as acções necessárias à satisfação das reivindicações dos trabalhadores do distrito, nomeadamente o apoio solidário, material, moral e político a todas as lutas dos vários ramos de actividade ou sectores profissionais, alinhando as suas acções na luta mais geral de todos os trabalhadores pelo fim da exploração capitalista.

2) Apoiar a defesa e consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, empresas e herdades, nomeadamente, participando nos esforços de coordenação distrital das acções de controlo operário e de defesa das nacionalizações e de luta contra a recuperação capitalista.

3) Desenvolver, pelos meios ao seu alcance, todas as formas de acção cultural e formativa no sentido de elevar o grau de consciência sindical, política e de classe dos trabalhadores do distrito.

4) Lutar com todas as forças contra a divisão e o pluralismo sindicais, nomeadamente:

a) Combatendo a criação de sindicatos paralelos e fomentando a filiação na CGTP-IN.  
b) Mantendo uma constante campanha de esclarecimento dos trabalhadores acerca da necessidade e vantagens, para a vitória dos trabalhadores, da unidade e unicidade sindical.  
c) Erguendo fundos económicos ao nível do distrito capazes de fazer frente às manobras de divisão e afiliação do movimento sindical (apoio às greves, aos trabalhadores despedidos e à acção sindical).  
d) Avançando na reestruturação do movimento sindical a nível distrital de forma a liquidar o mais rapidamente

possível as estruturas profissionais e pulverizadas herdadas do corporativismo.

5) Defender e promover, por todos os meios ao seu alcance, os interesses colectivos dos associados e dos trabalhadores em geral;

6) Promover e organizar acções conducentes à satisfação das justas reivindicações dos associados e dos trabalhadores em geral;

7) Alargar a solidariedade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência sindical e política;

8) Lutar pela emancipação da classe trabalhadora e a construção da sociedade sem classes;

9) Apoiar as organizações representativas dos trabalhadores na coordenação e dinamização do controlo operário a nível distrital.

mas e às suas lutas, apoiando-as para levar à prática as suas tarefas na constante mobilização dos delegados sindicais.

Artigo 55º  
1) Sindicatos que representem pelo menos 1/20 dos trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados e que exerçam a sua actividade na área da União ou 1/4 dos sindicatos filiados.  
2) Sempre que o Secretariado entender necessário;  
3) A requerimento de sindicatos representativos de, pelo menos, 1/10 dos trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados e que exerçam a sua actividade na área da União.

## PROPOSTA DO SECRETARIADO DA CGTP-INTER

Artigo 10º  
A União tem por objectivo especial:

a) Coordenar e dinamizar a actividade sindical a nível distrital;

b) Defender e promover, por todos os meios ao seu alcance, os interesses colectivos dos associados e dos trabalhadores em geral;

c) Promover e organizar acções conducentes à satisfação das justas reivindicações dos associados e dos trabalhadores em geral;

d) Alargar a solidariedade entre todos os trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência sindical e política;

1. O Plenário reúne-se, ordinariamente:  
a) Até 31 de Março de cada ano, para efectuar o balanço crítico da actividade desenvolvida pela União, aprovar o Relatório e Contas bem como o Orçamento.  
b) Bienalmente, para eleger os membros do Secretariado.

2. O Plenário reúne-se, extraordinariamente:  
a) Por deliberação do Plenário;  
b) Sempre que o Secretariado entender necessário;  
c) A requerimento de sindicatos representativos de, pelo menos, 1/10 dos trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados e que exerçam a sua actividade na área da União.

3. Compete ao Secretariado como órgão executivo a direcção e coordenação da actividade da União, de acordo com as deliberações do Plenário que não podem contrariar a orientação definida pelo Congresso e Plenário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.  
Art. 55º

1. Podem apresentar listas de candidaturas para o Secretariado:  
a) O Secretariado;  
b) Sindicatos que representem, pelo menos, 1/10 dos trabalhadores inscritos nos sindicatos filiados e que exerçam a sua actividade na área da União.

2. As listas serão constituídas por dirigentes de associações sindicais, membros eleitos das secções, delegações, secretariados ou de outros sistemas de organizações descentralizadas, ou delegados regionais eleitos nos termos do nº 2 do Artº 20º dos presentes Estatutos, desde que exerçam a sua actividade na área da União.

3. Compete ao Secretariado levar à prática o plano de acção aprovado em plenário executando as tarefas necessárias e coordenando a actividade da União de acordo com as distribuições do plenário e dos diversos órgãos da CGTP-IN.  
4. Apoiar as organizações representativas dos trabalhadores na coordenação e dinamização do controlo operário a nível distrital.

# O 25 DE ABRIL E A LUTA PELA HABITAÇÃO

A luta dos trabalhadores por casas decentes já vem de antes do 25 de Abril. Casas como o da ocupação do bairro do Bom Sucesso em Odivelas mostram que já nessa altura os moradores pobres estavam dispostos a lutar pelos seus direitos. No entanto, foi depois do 25 de Abril que esta frente de luta se desenvolveu e reforçou. E isto porquê? Porque com o 25 de Abril criaram-se as condições para o avanço das lutas populares — o facto de a burguesia não ter capacidade para reprimir, o facto de dentro do próprio exército haver um forte sector de militares progressistas e revolucionários, o facto de o aparelho de estado burguês não suportar a pressão exercida pelo avanço do movimento popular, tudo isto trouxe como consequência o desenvolvimento por parte dos moradores pobres e explorados da consciência dos seus direitos, e da necessidade de lutar por eles. Não se explica de outra maneira a onda de ocupações no Verão de 74, especialmente na zona de Olivais, em que em poucos dias são ocupadas milhares de casas: Não se explica de outra maneira a recusa, imediatamente generalizada a todos os bairros de barracas, de pagar rendas aos senhorios dos terrenos.

É da necessidade de organizar toda esta onda reivindicativa que aparecem as **Comissões de Moradores** — órgãos populares, surgidos na luta a maior parte das vezes eleitos em plenários, que surgem como interlocutores do aparelho de estado, e representantes dos interesses dos moradores que defendem. Este processo, que depois se alarga aos bairros de barracas e a bairros pobres, não está desligado dos vários processos que se passavam nos outros sectores de luta dos trabalhadores: a destruição dos sindicatos corporativos, a exigência de melhores salários, as ocupações de fábricas e empresas, o saneamento dos elementos reconhecidamente fascistas nos locais de trabalho e no exército, são o quadro mais geral em que se inserem estas lutas. E isto porque exprimem aquilo que foi a constante de toda a primeira fase do processo revolucionário: o **poder reivindicativo**.

A este poder reivindicativo respondeu o II Governo Provisório com a criação do SAAL. Surgiu no Verão de 74 pretendendo, segundo o despacho que criou, contribuir com meios financeiros e técnicos para que as populações mal alojadas se

de organizativa dos moradores pobres. Esta questão se era evidente nos bairros, estes, embora lentamente e com grandes dificuldades, iam forçando a sua organização autónoma, o mesmo não aconteceu no entanto com os ocupantes. A melhor explicação é talvez aquela que diz que a partir da ocupação, da conquista de uma casa, era muito difícil fazer perceber que a luta não parava aí, tinha de ir até à legalização da ocupação, única maneira de assegurar que esta não voltava atrás. A falta de capacidade de organização autónoma referida, o facto de as ocupações serem dispersas na maior parte dos casos, as tentativas de controle partidário das ocupações, (casos de organizações ditas de ocupantes — CRAMOS, CLOMP, etc. que não eram controladas pelos próprios ocupantes) viriam mais tarde a ter graves consequências.

Ao mesmo tempo, e surgida à sombra de um poder político cheio de contradições, de um processo em que os interesses da classe dominante eram cada vez mais claramente atacados pelos trabalhadores, a construção de casas clandestinas, se já não era novidade antes do 25 de Abril, ganhou em 1975 uma nova dimensão.

A par de famílias para as quais esta solução aparecia como a maneira mais directa de adquirir uma habitação, surgiam casos de autêntica exploração privada por parte de centenas de pequenos construtores, quase sempre em terrenos públicos ou militares. Isto perante a completa incapacidade do poder central e local de exercer o mínimo controle ou de dar alternativa. A isto também não é estranho o desemprego na construção civil, com a falência de pequenas e grandes empresas, e a desorganização de mercado que se verificava.

## DO 11 DE MARÇO À QUEDA DO GOVERNO

Após os primeiros passos da sua organização, os moradores pobres mais conscientes compreenderam que só coordenando a sua luta poderiam ver satisfeitos os seus objectivos. A formação da **Intercomissão de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa**, a **Inter dos Arraiaes**, o **Conselho Revolucionário de Moradores do Porto**, são passos importantes no sentido do reforço da unidade e organização. O aparecimento do 1.º Caderno Reivindicativo dos Moradores Pobres de Lisboa (1) em Fevereiro de 75, veio constituir um importante passo em frente e uma primeira resposta ao projecto do Governo para a solução dos problemas dos moradores. Nesse caderno, recusava-se a autoconstrução por isso não passar de uma forma de dupla exploração, entendendo que a construção de novos bairros podia constituir uma forma de combate ao desemprego de milhares de trabalhadores, exigia-se a expropriação dos terrenos sem indemnização, necessários à construção dos novos bairros, e a obtenção de fundos e verbas, para uma actuação consequentemente antiparlamentar.

Este processo viria a culminar com uma grande manifestação em 16/5/75, que constituiu a resposta aos encontros das Câmaras Municipais e do Governo, que neste sector continuavam a funcionar com o maior desprezo pelas organizações populares e as suas aspirações. A isto não é estranho a própria organização destes órgãos do aparelho de estado — apenas tinham mudado as comissões administrativas e nada se tinha feito no sentido da destruição das estruturas caducas, burocráticas e paralisantes.

O Governo, a quem a Intercomissão entregou o seu caderno reivindicativo, nada respondeu; pelo contrário, fez sair o decreto-lei antipopular n.º 198-A/75 sobre as ocupações que defendia os senhorios e permitia os despejos de ocupantes, e promulgou medidas de salvaguarda da indústria privada de construção civil através de vários benefícios aos patrões das empresas. Não seguiu também para a frente aquilo que poderia ter sido um factor decisivo no controle deste sector — a nacionalização do solo urbano. São no entanto publicadas as primeiras declarações de utilidade e pública dos terrenos.

## DO VI GOVERNO AO 25 DE NOVEMBRO

O período de Agosto/Setembro de 1975 corresponde a um período de desmobilização grande, ao nível dos bairros pobres e degradados, ao nível dos ocupantes e a nível da luta pela habitação em geral. A instabilidade do poder político por um lado, as manobras de destruição do «Poder Popular» encabeçadas pelos reformistas do PCP, criando Assembleias Populares fantasmas que nada tinham a ver com as lutas concretas dos trabalhadores, por outro, contribuíram para a divisão no seio da Inter e das organizações populares (Associações, Cooperativas, C. Moradores), e para a desmobilização. O movimento popular tinha vigor, mas não tinha capacidade de encontrar o caminho do reforço organizativo e de clarificar os seus objectivos



políticos de luta. O problema da direcção política revolucionária estava colocado. Assim, por exemplo, não havia nenhuma estrutura que tivesse capacidade de unificar e coordenar a luta dos moradores pobres pelo direito à habitação, a nível nacional. Nesta fase decisiva para o processo revolucionário (período pós eleições para a constituinte), em particular para a luta pela habitação, um dos problemas mais importantes era a definição dos objectivos principais de luta, e a urgência de fortalecer a organização popular em cada bairro e alargá-la a todos os bairros onde praticamente não existia; de lutar contra todos os grupos que se arvoravam em Comissões de Moradores levando para a frente acções ou lutas aventureiras que não correspondiam à organização popular existente (manifestação dirigida à Câmara de Lisboa), ou contra aqueles que pretendiam por as estruturas populares sob o controle das Juntas de Freguesia, portanto tirando-lhes o seu carácter autónomo.

## APÓS O 25 DE NOVEMBRO

Poucos dias após o 25 de Novembro aparece o chamado «Secretariado Provisório dos Órgãos de Vontade Popular», que pretendia ser um dos passos para criar uma única estrutura unificadora dos moradores da zona de Lisboa. As Associações, Cooperativas, C. Moradores, ocupantes, etc. (2) Mas isto só conduziria à criação de mais um órgão de cúpula que iria servir (e serviria) para uma maior divisão do movimento popular, na medida em que não eram definidos os objectivos específicos de luta, assim como o processo não tinha sido erguido a partir de moradores verdadeiramente representativos e enraizados nas massas. Era portanto mais uma tentativa, das muitas que visavam servir interesses partidários (neste caso concreto, a UDP) e não os interesses do movimento popular. De imediato, e apoiada pelo MES, surgiu uma resposta firme que teve como objectivo preparar os moradores pobres para nova fase do processo político aberta pelo 25 de Novembro, e que no fundamental defendia o reforço da organização dos moradores em luta pelo alojamento, e a articulação das suas organizações representativas com outras estruturas populares, na base de iniciativas concretas.

Esta linha viria a mostrar-se a mais correcta. As consequências práticas do 25 de Novembro neste frente de luta (desocupações, boicotes aos processos SAAL), sentiam-se de dia para dia e os erros acumulados ao longo de muitos meses traduziram-se numa desorganização e incapacidade de lhes dar uma resposta firme. O fracasso da «manifestação dos órgãos de vontade popular» de Abril de 76, convocada pelo CLOMP (em que, por ex. foi distribuída propaganda partidária) veio mostrar a falta de organização para uma correcta luta contra o Dec. 194-A/75, que protegia os senhorios e permitia as desocupações, mesmo as já legalizadas. (em próximo artigo trataremos a questão dos despejos).

Ainda quanto ao SAAL, as complicidades de membros do Governo «socialista» com falsos programas de habitação social; o desvio de verbas do SAAL para esses mesmos programas (na ordem dos milhares de contos) levaram à demissão do seu director nacional, e posteriormente ao despacho do MAIMHUC de 27/10/76 que extinguiu o SAAL. Este despacho constituiu uma das muitas medidas antipopulares desse mesmo Governo, e foi mais um atentado às organizações populares dos moradores em luta pelo alojamento. Ainda aqui se havia de notar que estava a favor e contra o desenvolvimento da organização autónoma dos moradores. A grande manifestação de 13/11/76 dirigida ao ministro da Habitação foi levada a cabo pelas Intercomissões de Lisboa e Interassociações dos arraiaes, com o boicote activo do PCP e a falta de mobilização da UDP. Foi uma resposta activa e organizada, apesar do desprezo demonstrado pelo ministro, que em vez de comparecer enviou a PSP.

A campanha de boicotes e entraves continua ainda. A burocracia dos processos de expropriações, aumentada; os pedidos de empréstimos para o financiamento das construções são boicotados pela direcção reacção do Fundo de Fomento da Habitação, as equipas técnicas são «dispensadas» por muitas câmaras — fecha-se assim o cerco às operações SAAL. Tudo isto sob a bandeira do «socialismo em liberdade», com o silêncio cúmplice do reformismo.

A esta nova situação têm respondido os moradores com a organização por concelhos para assim melhor fazerem face às Câmaras, que neste momento responsabilizam os futuros dos seus bairros. Assim se dá vorto à unidade, que forçando a organização permite a luta, luta que se neste momento passa por uma fase de resistência, amanhã permitirá relançar a ofensiva.

ganização e incapacidade de lhes dar uma resposta firme. O fracasso da «manifestação dos órgãos de vontade popular» de Abril de 76, convocada pelo CLOMP (em que, por ex. foi distribuída propaganda partidária) veio mostrar a falta de organização para uma correcta luta contra o Dec. 194-A/75, que protegia os senhorios e permitia as desocupações, mesmo as já legalizadas. (em próximo artigo trataremos a questão dos despejos).

Ainda quanto ao SAAL, as complicidades de membros do Governo «socialista» com falsos programas de habitação social; o desvio de verbas do SAAL para esses mesmos programas (na ordem dos milhares de contos) levaram à demissão do seu director nacional, e posteriormente ao despacho do MAIMHUC de 27/10/76 que extinguiu o SAAL. Este despacho constituiu uma das muitas medidas antipopulares desse mesmo Governo, e foi mais um atentado às organizações populares dos moradores em luta pelo alojamento. Ainda aqui se havia de notar que estava a favor e contra o desenvolvimento da organização autónoma dos moradores. A grande manifestação de 13/11/76 dirigida ao ministro da Habitação foi levada a cabo pelas Intercomissões de Lisboa e Interassociações dos arraiaes, com o boicote activo do PCP e a falta de mobilização da UDP. Foi uma resposta activa e organizada, apesar do desprezo demonstrado pelo ministro, que em vez de comparecer enviou a PSP.

A campanha de boicotes e entraves continua ainda. A burocracia dos processos de expropriações, aumentada; os pedidos de empréstimos para o financiamento das construções são boicotados pela direcção reacção do Fundo de Fomento da Habitação, as equipas técnicas são «dispensadas» por muitas câmaras — fecha-se assim o cerco às operações SAAL. Tudo isto sob a bandeira do «socialismo em liberdade», com o silêncio cúmplice do reformismo.

A esta nova situação têm respondido os moradores com a organização por concelhos para assim melhor fazerem face às Câmaras, que neste momento responsabilizam os futuros dos seus bairros. Assim se dá vorto à unidade, que forçando a organização permite a luta, luta que se neste momento passa por uma fase de resistência, amanhã permitirá relançar a ofensiva.

**UNIR, ORGANIZAR, LUTAR — PARA AS BARRACAS ACABARI**

(1) Esquerda Socialista, n.º 17, de 18/2/75  
(2) Poder Popular, nova série, n.º 32.

# CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO DA MULHER

Prossegue a actividade da Comissão Nacional para a Questão da Mulher do MES. Apesar de todas as dificuldades, o nosso trabalho começa a definir-se cada vez mais como uma necessidade colectiva de todo o Partido a que é necessário corresponder nos planos da organização e da linha política.

A nossa meta, nesta fase, é o III Congresso do nosso Partido, preparando as condições para que a Questão da Mulher possa ser discutida e assumida por todos os militantes do topo à base e para que o Congresso possa assim consagrar, da forma mais profunda, uma parte dos seus trabalhos ao tratamento desta questão.

Neste sentido avançar-se-á num processo organizado que passa pela formação de quadros, Encontros Regionais e finalmente pela I Conferência Nacional do MES para a Questão da Mulher.

A necessidade urgente de definir uma política que permita trazer para o campo revolucionário as mulheres descontentes e revoltadas deste país, obriga a que os revolucionários tenham uma posição fir-

me sobre esta questão. Assim, julgou esta Comissão ser oportuno começar desde já a preparação do Congresso por fases que embora lentas terão que ser seguras.

A determinação de tarefas específicas a ser desempenhadas pelas mulheres militantes da nossa organização, a discussão dos problemas concretos e imediatos que mais afligem as mulheres são questões que deverão ser alargadas a todo o Partido porque afinal a ele pertencem: a luta contra o aumento de custo de vida, a luta pela habitação ou a luta pelo aborto livre e gratuito são afinal aspectos de uma luta mais geral em que todos estamos empenhados.

Dado que esta Comissão considera o Congresso como a meta que culmina este processo teórico, organizativo, ligado às lutas concretas, decidiu dividir o seu trabalho em 3 fases:

1. Curso de formação de quadros;
2. Encontros Regionais;
3. Conferência Nacional do MES para a Questão da Mulher.

## CURSO DE FORMAÇÃO DE QUADROS:

Esta primeira fase será dedicada à formação de quadros ou seja a preparação de câmaras com responsabilidades na orientação do trabalho a nível regional, militantes, aderentes ou simpatizantes integrados ou a integrar nesse trabalho. Tendo como principais objectivos o aprofundamento da linha política do MES para a Questão da Mulher e sua demarcação nesta Frente de Luta, formas concretas e métodos de intervenção.

## ENCONTROS REGIONAIS:

A segunda fase, mais alargada a nível de cada região levará em conta a especificidade própria de cada uma e determinará as possibilidades de intervenção local.

## CONFERÊNCIA NACIONAL DO MES PARA A QUESTÃO DA MULHER

Terceira fase que terá como objectivo principal a síntese das diversas experiências e possibilidades regionais e locais de intervenção. Síntese que permitirá a elaboração da proposta política e organizativa para a questão da mulher a apresentar ao III Congresso.

# PROFESSORES

## ELEIÇÕES SINDICAIS MES APOIA LISTA B

Um processo aberto, largamente participado pelas estruturas sindicais de base (cf. P.P. nº56), conduziu finalmente à formação de uma lista de unidade, englobando numa ampla frente todas as forças sindicais de esquerda. Foi-lhe atribuída a letra B e tem como sigla «POR UM SINDICATO FORTE — POR UM ENSINO DEMOCRÁTICO — NA UNIDADE DE TODOS OS PROFESSORES».

Sofrendo embora algumas distorções no seu desenvolvimento — a unidade não é um dom gratuito e foi necessário a certa altura tomar na devida conta a existência de forças sindicais partidariamente organizadas — o processo manteve o seu espírito inicial e a sua dinâmica própria, conseguindo sempre evitar que as forças partidárias que o apoiavam passem a conduzi-lo: os acordos de certos níveis foi necessário estabelecer corresponderam sempre à vontade expressa das comissões sindicais e ficaram sempre sujeitas a ratificação ulterior; e são mesmo as partes intervenientes que «reconhecem a importância fundamental das comissões sindicais na dinamização do processo eleitoral e no relançamento de toda a vida sindical».

O processo, porém, não terminou ainda. Há com efeito um relançamento a fazer da vida sindical, em termos de unidade e democraticidade, que é a única maneira de esvaziar de sentido as eventuais coligações de gabinete e que irá naturalmente repercutir-se, não só nos resultados eleitorais, mas até na correcta actuação dos futuros corpos gerentes no caso de esta lista sair vitoriosa.

Uma lista assim constituída tem uma vocação de vitória a que é necessário responder. Não é uma lista de agitação pura. Não aposta em probabilidades, mas na consciência de um dever a cumprir. Lista responsável, ela é a única que poderá insuflar vida nova a este depauperado sindicato dos professores, a única que se revela capaz de erguer uma barreira às prepotências da enti-

dade patronal, conseguir a unidade que forças pseudo-sindicais cada vez mais comprometem a defender nas escolas a democracia e a dignidade dos trabalhadores contra as quais o MEIC não cessa de atentar. E para responder correctamente à sua vocação de vitória é necessário que o esforço de revitalização das estruturas de base, de que ela é já o primeiro fruto, continue mais intenso durante a campanha eleitoral — menos centrada sobre objectivos eleitorais imediatos do que sobre os problemas reais do sindicato e os interesses reais dos trabalhadores.

As organizações partidárias que apoiam esta lista não o fazem todas, como é evidente, pelos mesmos motivos. Mas não é menos evidente que o MES assenta o seu apoio em motivos essenciais, perfectamente identificados com a linha sindical que tem vindo a definir. O empenhamento do MES tem assim um cunho de simplicidade, de autenticidade, de coerência.

Por isso exortamos todos os professores progressistas e revolucionários a que participem activamente na campanha que agora se inicia, orientando a sua acção principalmente para:

- a reestruturação dos seus núcleos sindicais de base e a eleição de delegados sindicais se não houver ainda;
- a sindicalização ou actualização de quotas de modo a assegurar a plenitude dos direitos sindicais;
- a discussão dos problemas do sindicato nos núcleos sindicais de base, ou por iniciativa dos delegados sindicais ou por iniciativa de professores organizados em grupo sindical;
- a participação nas organizações de zona e ligação activa ao respectivo secretariado;
- a análise do processo, o estudo aprofundado do programa e de todos os documentos aprovados pelas comissões sindicais, bem como a recolha oportuna de toda a informação pertinente;
- a participação activa nas sessões que venham a ser rea-

lizadas na sua escola ou escolas da sua zona;

— a difusão de textos e de outros materiais de propaganda (cartazes, auto-colantes, etc.);

— a organização da recolha de fundos para custear as despesas da campanha;

— a constituição de grupos de apoio à lista nas escolas em que as estruturas sindicais se revelam desfavoráveis ou não suficientemente interessadas.

O NÚCLEO de PROFESSORES do MES

## ZONA CENTRO QUEM SABOTA A UNIDADE?

Realizaram-se, em fins de Janeiro, as eleições para os corpos gerentes do SPZ Centro. A elas concorreram três listas: a lista A, afecta ao PPD; a lista B, afecta ao PS e a lista C, sob a sigla «Unir os Professores num Sindicato Democrático, por uma Escola Nova», envolvia o sector de professores progressistas interessados na formação de um sindicato democrático e forte a fim de dinamizar a classe dos professores para a defesa intransigente dos seus interesses socioprofissionais, para a

luta contra o avanço da direita nas escolas e pela definição de um ensino progressista ao serviço de todos os trabalhadores portugueses.

Não se conseguiu evitar que a direcção fosse ganha pela lista A (PPD) constituída, na sua grande maioria, por professores que se tinham sindicalizado à pressa para que a lista pudesse ser formada.

No entanto, estas eleições demonstram que havia um grande sector de professores apostados na defesa das con-

dições para o ensino depois do 25 de Abril e que têm sido postas em causa.

Recentemente, tiveram lugar as eleições para os respectivos executivos distritais (Guarda, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco e Leiria; em Viseu realizaram-se dentro em breve). Tratava-se, segundo os estatutos, de eleger os secretários distritais de cada sector de ensino, que, em conjunto, formam o executivo. Em quase todos os distritos, e na maior parte dos sectores a lista C obteve maioria, apesar de não ter aparecido uma lista PS que, desta vez, se aliou ao PPD (ex. Coimbra). Em Leiria o PCP (R) voltou a apresentar lista, não obstante todos os esforços para que se trabalhassem em conjunto. A razão estava em não quererem trabalhar numa lista que integrava também professores afectos ao PCP. Os resultados mostram claramente as incorrecções da sua posição. Depois de terem elaborado um programa quase decaído do da lista C, e apesar do número insignificante de votos que alcançaram, fizeram com que a lista «Unir os Professores num

Sindicato Democrático, por uma Escola Nova» não ganhasse o secretariado no sector do ensino secundário em favor da lista da direita, por margem reduzidíssima de votos.

É nosso objectivo desenvolver, para além das eleições, acções unitárias dentro do S indicativo e evitar que elas sejam hegemónicas por posições reformistas ou postas em causa por acções radicalistas que apenas servem para dividir os professores progressistas e favorecer as manobras da direita no seio do S indicativo da Escola. Os professores do MES, de Leiria, chamam a atenção de outras camadas de professores locais para estarem atentos a acções deste género. Nós pensamos que é preciso dar uma resposta firme às tentativas de algumas forças políticas dispostas a fazer do sindicato uma corria de transmissão do partido e incapazes de avançar com uma resposta revolucionária para o S indicativo dos Professores; mas denunciamos também o sector mais radicalista que não faz mais que confundir e facilitar as vitórias da reacção.

## BRAGA

# TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM LUTA

O CCT dos trabalhadores do Comércio do Distrito de Braga deveria ter já entrado em vigor, na sua tabela salarial, a partir do mês de Março passado.

As associações comerciais recusaram, no entanto, a sua entrada em vigor, devido ao Decreto-Lei 887/76 que eleva o prazo de revisão da tabela para 18 meses. Contudo, este sindicato não é abrangido pelo referido decreto, conforme parecer do próprio Ministério do Trabalho.

Estas associações querem, assim, que a tabela salarial entre em vigor só em 1 de Setembro, parecendo que ignoram o vertiginoso aumento do custo de vida e esquecem que os trabalhadores do Comércio são dos mais mal pagos (salário mínimo de 290\$00).

Face a esta posição, os tra-

balhadores do Comércio do Distrito de Braga, reunidos em plenário nesta cidade, decidiram entrar em greve total a partir do dia 5 de Maio.

A luta tem tido uma adesão por parte dos trabalhadores em ordem dos 65 por cento, embora a imprensa reaccionária alegue que a adesão é fraca.

No dia 5 realizou-se uma manifestação na cidade, sendo as direcções sindicais recebidas pelo sub-delegado dr. Chaves. Os trabalhadores enviaram ao delegado do MT, que se encontrava em Lisboa, um telex encarecendo-o de tentar obter no Ministério do Trabalho a certeza de se dar cumprimento ao referido despacho. Ainda não se verificou qualquer resposta, segundo informação do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio em Guimarães.

Há inúmeros telegramas de adesão e apoio à luta dos trabalhadores do Sindicato do Comércio do Porto, da Comissão de Luta do Comércio Retailista do Porto, da Delegação do Sindicato do Comércio de Santarém, do Sindicato do Comércio do Distrito de Viseu e do Sindicato do Comércio da Coimbra.

Por seu lado, no dia 6, concentrou-se em Guimarães uma manifestação que percorreu a cidade. A esta manifestação vieram trabalhadores de Braga, Barcelos e Famalicao.

Em Guimarães, desde que dura a greve, o sindicato tem feito constantes apelos aos trabalhadores, através de uma instalação sonora, para que participem na luta contra o patronato reaccionário.

Entretanto, e para fazer o ponto da situação já que o patronato tem procurado voltar a população contra os trabalhadores do comércio em greve, foi decidido interromper a greve no dia 10 e até ao dia 12, altura em que se encetarão novamente a luta, porventura sob novas formas, caso a tabela salarial não seja ainda aplicada.

Os trabalhadores do Comércio do Norte têm de se manter unidos e coesos na luta pelas suas reivindicações, mesmo que apenas no sentido de obrigar os patrões a cumprir o que já legalmente está estipulado, defendendo o seu nível de vida crescentemente ameaçado pela política de recuperação capitalista e de concórdia com o patronato em que o Governo está apostado.

## PLANO 1977-80

Continuação da pag. 8

da economia portuguesa no sistema imperialista agravando a sua dependência, recorrer ao investimento estrangeiro satisfazendo as suas exigências. Nada disto se pode estranhar. Então o Governo PS não defende a adesão de Portugal à CEE? Não seguem em prosperidade as negociatas da TV a cores e das centrais nucleares? Por detrás dos «conhecimentos tecnológicos avançados» não acabam afinal por escorrer sempre uns marcositos...?

...Sobre as nacionalizações, o papel do sector público e a reconversão dos sectores e ramos em crise o documento, ignorando as propostas dos trabalhadores e a experiência do controle operário, abre o caminho a uma estratégia assente no princípio de fazer do sector público e das reconversões fonte de acumulação para o capital privado, e no objectivo de fazer pagar a crise aos trabalhadores portugueses. Vejamos o que diz:

«Fomento da formação de excedentes nas empresas públicas»

«A médio prazo criar condições concorrenciais nos sectores aptos a exportar» levando em conta «as alterações de custos decorrentes da evolução salarial interna»

«Estas duas citações resumem o que se diz no documento e mostram que as condições existentes no PS se situam entre uma política que apenas abra o caminho à recuperação capitalista (a que na questões centrais é cada vez mais seguida pelo governo). Na questão da reconversão dos sectores e ramos da produção em crise o documento deixa o campo livre às arbitrariedades e prepotências ditadas pela procura do máximo lucro, de que os despedimentos são apenas uma pequena parte, enquanto as exigências do patronato e do imperialismo vão no sentido de uma clara participação activa do Governo em tal política.

De qualquer forma é já a própria política do falso governo socialista que nos aponta

o caminho que ira ser seguido e o povo também começa a perceber o que se esconde por detrás das palavras caras e da demagogia tecnocrática: o «fomento da formação de excedentes» é a subida dos preços que o povo paga e a intensificação da exploração dos trabalhadores do sector público. Para quê? Para hoje o governo entregar aos milhões de contos de indemnizações aos Mellos e Champalimauds e para amanhã apoiar novas exigências do capital: a «criação de condições concorrenciais» nos têxteis, no vestuário, no material eléctrico são os despedimentos, as reduções dos salários e da semana de trabalho hoje e a intensificação da exploração recorrendo a novos métodos de acordo com os salários a pagar e que deixarão milhares de trabalhadores sem emprego, amanhã. Aliás os especialistas em exploração imperialista que vieram há pouco a Portugal preparar a desvalorização do escudo e as outras medidas do pacote-barrete que nos querem empurrar, bem nos auguram um «brilhante» lugar na divisão internacional do trabalho, entre os países capitalistas mais desenvolvidos e os países do chamado terceiro mundo...

A versão inicial do Plano 1977-80 contém portanto, a par destas ameaças, os aspectos positivos que resultam do recurso à demagogia e que se expressa na fixação de objectivos contrários à própria recuperação capitalista (absorção do desemprego, maior independência, satisfação das necessidades básicas da população, etc.), por um lado e da posição defendida pelos seus autores (já caracterizada) expressa em torno dum desenvolvimento capitalista que não se faça através do enfundamento total aos interesses imperialistas (referência ao Papel do desenvolvimento agrícola, à necessidade de investimentos trabalho-intensivos para absorção do desemprego, etc.).

O papel dos trabalhadores portugueses não é no entanto de arbitrar os conflitos entre os interesses contraditórios da burguesia nem o de servir de massa de manobra para a política reformista de conciliação com a burguesia. Por isto mesmo, é de grande importância a posição que o secretariado da CGTP-IN, tomou sobre o documento inicial do Plano 1977-80. O parecer do secretariado da CGTP-IN citando as decisões do congresso de todos os sindicatos vai contra elas. Como?

O Congresso tomou uma posição firme de resistência à política de recuperação capitalista e de luta contra a exploração imperialista recusando expressamente qualquer forma de colaboração de classes. (O caderno reivindicativo aprovado, elaborado a partir do programa imediato de luta apresentado pelo Sindicato dos Têxteis do Sul, apoiado pela corrente sindical revolucionária, e da proposta inicial da CNOC, apoiada pela linha reformista dominante na GGTP-IN, retoma neste ponto quase tudo o que constava do programa dos têxteis do sul, apenas omitindo a referência directa e explícita ao pacto social... para os que não percebem na altura hoje as coisas comecem a ficar mais claras).

O documento que contém as grandes opções do plano para 1977-80 afirma o Pacto Social como o seu ponto central. Que nos diz a resposta do Secretariado da CGTP-IN sobre tudo isto? Nada, absolutamente nada!

«Que nos diz a prática da linha sindical reformista dominante no secretariado?»

«Muito simplesmente que quer negociar o pacto social. Porquê? porque os seus portavozes já começaram a classificar o Pacto Social de falsa

questão (tal como a unidade que deixaram cair com a mesma facilidade com que a utilizam em seu exclusivo proveito próprio, onde puderam, facilitando desse modo a manobra cisonista), porque o secretariado já afirmou expressamente aceitar negociar o limite de aumentos salariais previsto no DL49-A/77, porque tem desmobilizado sucessivas lutas contratuais que se opoem aos 150% de miséria (Barro Vermelho, fabricantes de material eléctrico, etc.)

«Nesta situação aos trabalhadores portugueses compete também responder de forma inequívoca às grandes opções do Plano 1977-80, com a grande opção da Unidade. Organização e Luta apontada pela corrente sindical revolucionária e pelas forças políticas revolucionárias, com a grande opção do NAOI a qualquer Pacto Social com a grande opção da continuação da luta pelos objectivos centrais da resistência popular activa contra a recuperação capitalista, que o próprio documento base do Plano para 1977-80 é levado a contemplar demagogicamente, temeroso da força que o movimento operário e popular tem sabido demonstrar: pão, trabalho e independência nacional»

# A CRISE ECONÓMICA DO CAPITALISMO PORTUGUÊS (III)

## O plano para 1977-80: pacto social e recuperação capitalista

A recuperação capitalista avança pacientemente pela mão da política de cedências do falso governo socialista à direita reaccionária (PPD e CDS), ao patrono explorador (CIP, CAP, Confederação do Comércio) e ao imperialismo (Governo Americano do sr. Carter, governo alemão do sr. Schmidt e suas agências como o Fundo Monetário Internacional - FMI - Banco Mundial, etc.).

A subida desenfreada do custo da vida, o congelamento da contratação colectiva do trabalho, fruto do boicote patronal que o Ministério do Trabalho tolera e acalenta, as desintervenções que visam devolver aos burlões fascistas como os srs. Machado (da GUERIN) e as sras. Fernandes (da GRAO-PARA) as empresas que sabotaram e que os trabalhadores mantiveram em funcionamento, os despedimentos que, mesmo com uma lei feita a pensar unicamente nos patrões e nos seus mesquinhos interesses, continuam a ser feitos com total desfaçatez e muitos deles legalmente, o regresso da GNR e da Polícia às empresas, aos sindicatos e às manifestações dos trabalhadores, como na MARRIOTT e na carga repressiva sobre os trabalhadores da hotelaria e a população do Funchal, a diminuição dos salários reais que levam a agravar-se cada vez mais a contradição sentida na carne pelas famílias trabalhadoras entre o mês que acaba ao dia 30 e o salário que acaba ao dia 20 ou até antes, tudo isto são os efeitos da política de recuperação capitalista em marcha, mas nem de perto nem de longe representam aquilo que a vitória dessa política trará em sacrifícios e agravamento das condições de trabalho e de vida, à classe operária e ao povo de Portugal.

À medida em que, pedra a pedra, alicerce a alicerce, a recuperação capitalista avança, os trabalhadores vão-se apercebendo das novas jogadas do capital e da burguesia. Hoje o «Pacto Social» começa a ser falado por toda a gente (os jornais, a rádio e a televisão controlados pelo governo e ao serviço dos interesses capitalistas também têm um importante papel) e os trabalhadores vão-se igualmente apercebendo que ele representa mais um passo na recuperação capitalista.

Cada vez mais, portanto, a classe operária e o povo necessitam de orientar as suas lutas debaixo duma estratégia revolucionária e duma tática acertada e combativa.

Face à falência das propostas de desmobilização e conciliação dos reformistas, face ao descrédito em que as patrações do dr. Soares fizeram cair, junto do povo trabalhador, o PS, face à estratégia da burguesia que vai ganhando consistência na crescente dependência em relação ao imperialismo (NATO, MERCADO COMUM, FMI, etc.), o MES, organização comunista e revolucionária, aponta o caminho da Resistência Popular Activa por um Governo de Independência Nacional, o único caminho que pode derrotar a recuperação capitalista, esmagar a ameaça fascista e afastar a ingerência imperialista, levando o povo trabalhador à conquista do Poder Popular e do Socialismo.

Três peças vieram, nos últimos tempos completar o jogo da burguesia:

(I) O acordo sobre o sector público e o sector privado da economia firmado entre o PS e o PPD

(II) A remodelação do Governo do dr. Soares

(III) O plano 1977-78, em preparação que confirmará em estratégia as medidas pontuais exigidas pelo imperialismo e em grande parte já decretadas pelo Governo do dr. Soares em 25 de Fevereiro (desvalorização do escudo, liberalização dos preços, etc.)

..O significado do acordo PS/PPD sobre o sector público e o sector privado já nos referimos em anterior artigo, mostrando que ele representa a base de partida para as desnacionalizações, abrindo desde já a porta ao capital privado nacional, ao capital privado estrangeiro (ou nacional disfarçado) a sectores básicos como as celulosas, as cervejas, os tabacos, as extractivas, os transportes, a refinação e distribuição do petróleo, a petroquímica de base, a siderurgia e ainda lançando as bases do processo que há de conduzir à desnacionalização da Banca (se a recuperação capitalista triunfar): a possibilidade dada ao capital privado de construir sociedades de investimento, apoiada numa reestruturação da Banca e dos Seguros que não só mantém intactos como os reforça, através de integrações os bancos e empresas seguradoras dos principais grupos financeiros atingidos pelas nacionalizações (CUF, Champalimaud, Espírito Santo, Português do Atlântico).

A remodelação ministerial tem pelo seu lado um significado importante e claro. Com a remodelação do Governo do dr. Soares, passaram a existir vários governos, começando a ficar claro que não é por acaso que os tão falados empréstimos do sr. Carter são aplicados e que as condições políticas que Soares nega em cada empréstimo que se antucia afinal existem e são cada vez mais duras. É agora notório o controle dos interesses do grande capital sobre as pastas económicas (Comércio, Indústria e Agricultura), com destaque especial para o sr. Nobre da Costa que apresenta um longo passado de serviços ao capital monopolista antes do 25 de Abril (Grupo Champalimaud, grupo SACOR). Deste modo o verdadeiro ministro da coordenação económica será hoje um qualquer administrador do Banco Mundial ou do FMI agindo com a colaboração dum dos conselheiros do Presidente Eanes.

Ao PS, com a remodelação, a direita reaccionária, o imperialismo e o intervencionismo presidencialista de Eanes deixam livre a acção governativa nos domínios tradicionais da administração pública e uma tarefa para a qual à partida a demagogia soairsta parece melhor qualificada: a imposição do pacto social aos trabalhadores portugueses.

O primeiro documento que define as grandes opções do plano de médio prazo foi recentemente distribuído em «versão provisória e circulação restrita». Dada a natureza das contradições que atravessam o PS, as Características dos elementos do Plano e a crescente falta de autonomia da política social democrata do PS, por um lado, e as crescentes pressões da direita e do imperialismo, por outro lado, é evidente

que este documento não passa de uma primeira versão necessariamente mais «branda» do que a versão definitiva a ser aprovada na Assembleia da República: é que até lá as exigências da direita do grande capital e sobretudo do imperialismo (nesta fase através do FMI e da chantagem do adiantamento do chamado «Grande empréstimo») irão sendo consagradas. De todas as maneiras esta versão do documento é já suficientemente clara naquilo que propõe.

Nesta versão dos grandes objectivos do Plano para 1977-80 já o Governo PS assume as suas novas tarefas após a remodelação ministerial, ao definir como base social do modelo em que se apóia o Plano «a política laboral e de acesso aos poderes sociais que possibilite o estabelecimento de um Pacto Social concreto, zélvel aos vários níveis e não apenas resultado de acções de cúpula...». O que é que se tira de todo este arrazoado?

Que o governo do dr. Soares não quer apenas imbror ao Movimento Sindical e aos trabalhadores um «acordo» global que os faça abdicar da luta e aceitar a exploração de acordo com os apetites de lucro do patronato, mas igualmente desarticulando o movimento reivindicativo de massas com os mini-contratos e acordos de ramo de actividade ou empresa (os «contratos-programa», ou outro nome que se lhe queira chamar, nos quais a Banca nacionalizada - mas nem do povo, nem ao seu serviço - terá um papel importante definido pela assíxia do crédito as empresas «viáveis» e «inviables» para os interesses do capital, claro! - e criando condições que permitam impor aos trabalhadores um maior grau de exploração). Este arrazoado também nos faz compreender melhor coisas como os falatórios dos srs. ministros sobre as comissões de trabalhadores e as propostas de lei do PS para as liquidar como órgãos de poder e luta, transformando-as em mini-parlamentos de colaboração com o patronato explorador.



As grandes opções do Plano 1977-80 são as grandes opções, nesta fase, da recuperação capitalista, embora como dissemos, na versão actual disfarçadas debaixo duma linguagem e duma estrutura talvez bem intencionadas, mas que rapidamente ficarão pelo caminho, à medida que o capital for dando a conhecer as suas «intenções» (a CP até já tem nova gerência...)

Quais são então os grandes objectivos da recuperação capitalista contemplados no Plano 1977-80?

1º Baixar drasticamente os salários reais dos trabalhadores e em particular dos operários

No capítulo referente à repartição do rendimento, depois de uma bela afirmação de que se poderá alcançar «...uma pequena melhoria geral na repartição funcional», afirma-se, descaradamente: «Não se julga desejável, nos próximos anos, deixar subir os salários além dos limites necessários para fazer face a variações no nível de preços!»

Quer dizer: Com o custo de vida a subir ao maior ritmo dos últimos anos, mesmo superior ao dos últimos tempos do governo fascista de Caetano, o máximo que os trabalhadores poderiam esperar, se isto fosse cumprido, seria, depois de os preços terem subido 30,40 e 50,0%, um ajustamento de salários que cubrisse esse aumento, isto é, até ao ajustamento fome e miséria, depois do ajustamento, miséria e fome. Porquê?

1º porque um novo índice de preços que os trabalhadores não controlam e na elaboração do qual não tiveram a mínima interferência, já se encontra prontinho e a funcionar, encubriendo a verdadeira subida dos preços!

2º porque não foi por acaso que o governo aumentou o prazo mínimo de vigência dos CCT's de 12 para 18 meses, o que conjugado com o boicote patronal às negociações e os entraves do Ministério do Trabalho, poderá levar as tabelas salariais a vigorar mais de 2 anos!

3º porque deste modo os salários andariam a passo de caracol atrás dos preços a subirem a galope!

4º porque o Pacto Social soairsta é isso mesmo - oferecer 150% depois de os preços já terem subido 300% ou mais!

2º intensificar os ritmos, as cargas e os horários de trabalho, para aumentar a exploração e a taxa de lucro

Depois de, sempre na óptica de quem paga salários, isto é, do «empreendedor» ou do capitalista em linguagem menos presidencial que é aquela que os trabalhadores entendem, se preocupar com o aumento dos custos de produção, o documento aponta os seguintes objectivos: « aproveitamento dos recursos humanos insuficientemente utilizados» «intensificar o recurso a turnos de trabalho» e, por último, «melhoria do nível geral de produtividade, designadamente através de meios que não envolvem aumento de capital».

Os srs. Ministros do Plano nunca trabalharam numa fábrica ou numa herdade, é certo, mas sabem bem que isto só se pode alcançar com mais trabalho no mesmo período de tempo ( aumento dos ritmos e cargas ) e com mais tempo de trabalho. Sabem-nos, quanto mais não fosse, porque ao menos numa coisa a CIP tem as mãos largas: «conselhos» ao governo!

Se isto tudo não chegar para aumentar a taxa de lucro dos capitalistas nacionais e estrangeiros, está previsto o recurso à institucionalização dum regime de «prémios» em larga escala (a experiência da «Europa» capitalista - conhecidos os governos social-democratas ou cristãos-democratas, ajudado com a visita a fomentar a divisão e a concorrência entre os trabalhadores. Com efeito, pode ler-se no documento em causa: «deverá ainda concertar-se com as organizações de trabalhadores e de actividade económica, melhorias do nível de salários em paralelo com as melhorias esperadas na produtividade do trabalho».

portuguesa ao sabor dos interesses do capital privado e do imperialismo

Este é sem dúvida o aspecto do projecto da recuperação capitalista em que Sousa Gomes Manuela Silva e os outros elementos responsáveis pelo Plano se mostram incapazes de satisfazer os interesses do capital e do imperialismo (mostrando ao mesmo tempo natureza das contradições que atravessam o PS e a raiz dos rumores de saída destes elementos do governo na recente remodelação).

Com efeito o documento «atreve-se» a levantar dúvidas e a sugerir medidas contra a subida escandalosa do endividamento público externo e as condições económicas e políticas que arrasta e contra a liberdade total de manobra das multinacionais. Mas ao fazê-lo, como veremos, aponta uma estratégia de conciliação com os interesses imperialistas que não é a do caminho da independência nacional, nem resistir às exigências da CIP e do governo do novo amigo de Soares - o sr. Carter - directamente ao lado do FMI. Para quem tenha dúvidas basta comparar as declarações do embaixador Inglês dizendo que o Código dos Investimentos Estrangeiros ainda não estava totalmente ao gosto das multinacionais e o pouco tempo que demorou a existirem declarações de membros do governo ou responsáveis pela política económica (por exemplo o governador do Banco de Portugal) afirmando que o mesmo seria rapidamente revisto.

«Mas vejamos: o que diz o documento: «No Investimento Público devem merecer particular intenção os investimentos que se destinem a incrementar a capacidade dos sectores exportadores de indole competitiva» «Nos investimentos estrangeiros dar-se-á preferência aos que integram conhecimentos tecnológicos avançados» «Estas duas citações chegam-nos para perceber que a estratégia do Plano 1977-80 será a de reforçar a integração